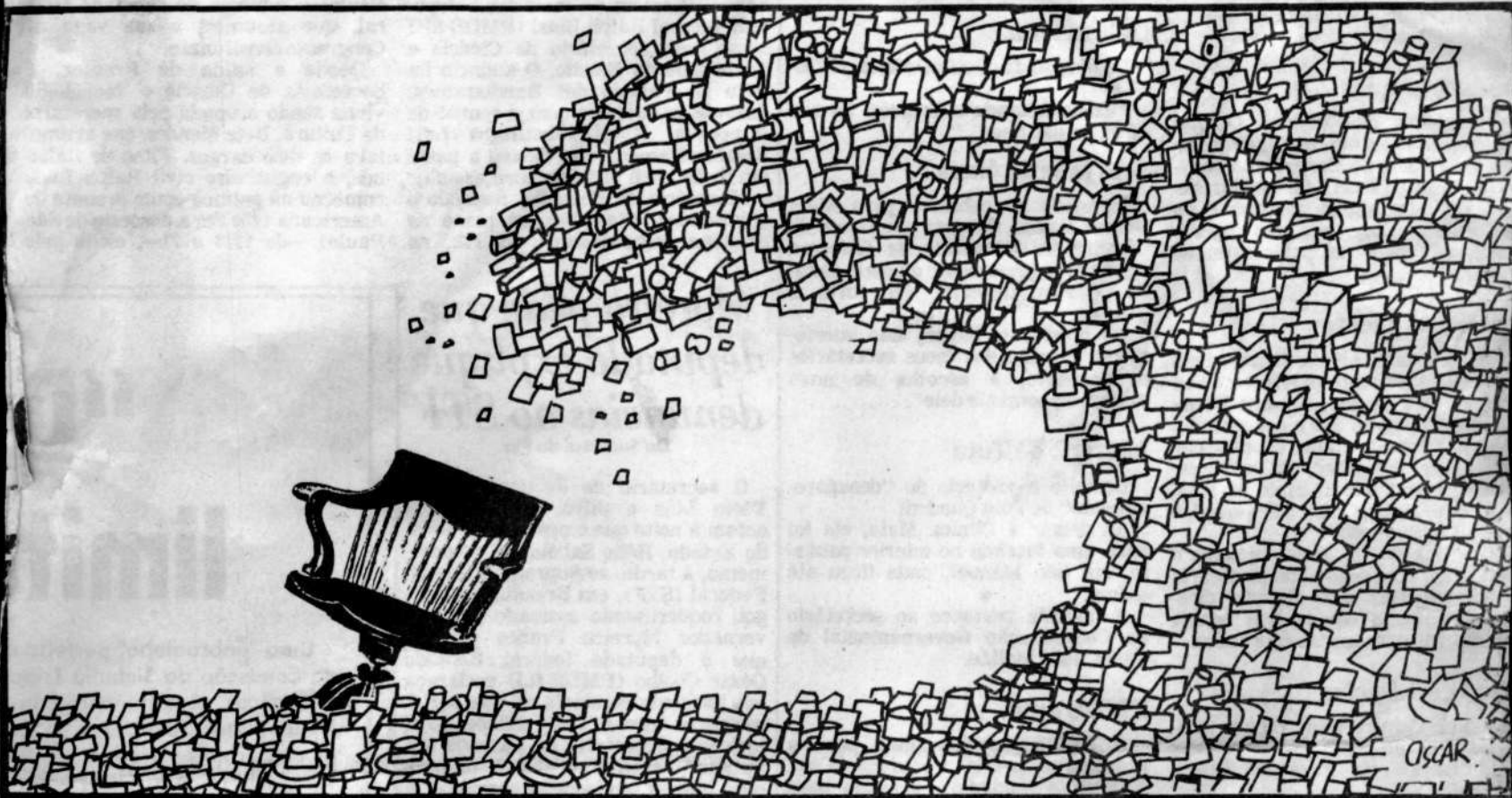


# Tendências/Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo



## A sorte está lançada

ALMINO AFFONSO

*Auc*

O que antes era apenas um risco, já agora é um fato. Aprofundase a crise política num claro confronto entre o presidente da República e a Assembléia Nacional Constituinte. A eleição presidencial, colocada no centro do debate político, corria a olhos vistos a autoridade do chefe do Estado. Porque não se discutia a duração do mandato em tese. O que estava subjacente a princípio, e depois ostensivo, era a antecipação, a maior que fosse possível, do mandato do presidente José Sarney.

Pode-se dizer que ele próprio, ao reclamar nos bastidores a definição do seu mandato, deflagrou esse debate. É verdade. Mas é inegável que as lideranças políticas, inclusive do PMDB, agravaram a situação. Já não faltava quem advogasse a convocação de eleição presidencial tão logo a Constituição estivesse elaborada. O que, na prática, equivalia a reduzir o mandato do presidente Sarney a três anos. E era comum também queressem condicionar-lhe a duração aos

azares da crise econômica, o que era não dar horizonte ao chefe do governo.

É nesse quadro que se insere o discurso que o presidente Sarney fez à nação, faz poucos dias. De maneira direta e peremptória, comunicou a todos que exercerá o seu mandato pelo prazo de cinco anos. O verbo de que se valeu não pode ter sido ocasional. Foi o mais duro, o mais ríspido. Quis revelar ato de vontade, pronto e acabado: o seu mandato é de cinco anos, sem mais indagações ou condicionamentos. Ou seja, ele se escuda na Constituição vigente, que lhe dá seis anos de mandato: renuncia a um e exercerá cinco, pouco lhe importante o que os constituintes pensem.

Se pareceu ao presidente Sarney estar no âmbito de sua decisão pessoal, como uma prerrogativa sua, estabelecer a duração de seu próprio mandato, é evidente que, implicitamente, declarou não reconhecer autoridade na Assembléia Nacional

Constituinte para fazê-lo. Aí está o impasse gerado. Pois os constituintes, em tese, tudo podem. Em teoria política (vale a pena recordar), eles representam o Poder Constituinte original do qual o povo é o titular. Sendo assim, o que ocorrerá se a Assembléia Nacional Constituinte fixar o mandato presidencial em quatro anos?

A possibilidade de que os constituintes, até por se sentirem atingidos na legitimidade de sua representação, optem pelo mandato de quatro anos já referido é, neste momento, real. A reunião da bancada do PMDB, embora não tenha adotado uma decisão, é indicativa disso. Neste contexto é bom ter claro que, se o confronto institucional se der, será quase inevitável que os militares voltem à cena política, da qual talvez não tenham saído nunca, apesar das aparências.

Não vejo conspirações em marcha, nem me espanto com fantasmas. Mas a crise nacional (econômica, social e

sobretudo política) pode levar-nos a um beco sem saída. O "The New York Times", em editorial esta semana, destacou que a volta do Brasil "a um governo militar já não é inconcebível". Será que só nós não temos olhos de ver o que os outros vêem? Assim como nas tragédias gregas, sabemos que estamos marchando para o despenhadeiro, e não temos forças para desviar os passos?

Nada é mais grave, neste instante, do que a crise política. É preciso contê-la, contorná-la, superá-la. Tudo quanto se fizer para impedir que a democracia, que a duras penas renasce, se esboroe, é pouco. E há de ser no exercício dessa tarefa que se medirá a grandeza de nossos homens públicos.

ALMINO MONTEIRO ÁLVARES AFFONSO, 57, é vice-governador do Estado de São Paulo e presidente regional do PMDB; advogado, foi deputado federal, ministro do Trabalho e da Previdência Social no governo João Goulart e também secretário dos Negócios Metropolitanos do Estado de São Paulo (governo Montoro).